

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: UNIFIL – Campus Ipolon - Rua: Alagoas, 2015 - Centro – Londrina – PR

Data: 22 de março de 2017

Horário: 13h30 horas (1ª convocação) - 13h45 (2ª convocação)

1 Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e dezessete foi realizada reunião ordinária
2 do Conselho Municipal de Assistência Social na sede da UNIFIL – Campus Ipolon, sito a Rua
3 Alagoas, 2015 – Sala 1008 - Centro, Londrina – PR. Os participantes desta reunião foram
4 registrados em lista de presença devidamente assinada e arquivada. A reunião é iniciada em
5 segunda chamada, quatorze horas com a leitura da pauta para apreciação e aprovação 1.
6 **Apresentação e aprovação da pauta; 2. Informes gerais; 3. Prestação de contas do Piso**
7 **Paranaense de Assistência Social IV; Relato da Secretária referente à Associação**
8 **Projeto Pão da Vida; 4. Plano de Ação relativo ao Piso Paranaense de Assistência Social**
9 **IV; 5. Edital de Eleição Complementar para Sociedade Civil; 6. Composição da Comissão**
10 **Instância de Controle Social; 7. Emenda Parlamentar - 2017; 8. Comissão de Fundo.** Após
11 leitura, a Conselheira Gisele Tavares solicita inversão do ponto 7. Emenda Parlamentar para o
12 terceiro ponto da pauta visto que a servidora Samia Mustafá que fará a apresentação tem
13 compromisso. A proposta foi aprovada pelos conselheiros presentes. **2. Informes gerais.** A
14 secretária executiva do conselho, Selma Souto fala sobre a leitura dos informes que estão em
15 atraso e faz a proposta de fazer a leitura apenas dos informes mais importantes e se propõe a
16 fazer um resumo dos demais informes e enviar pelo email para os conselheiros. Realizada
17 discussão a respeito do assunto, ficou decidido pela proposta da secretária Selma e também
18 que será aberto na reunião espaço para os presentes que quiserem fazer informes. Selma faz
19 a leitura dos emails referentes as reuniões descentralizadas do CEAS em Ponta Grossa que
20 irá pautar a realização das Conferencias, sendo disponibilizada duas vagas para participação
21 do CMAS de Londrina e do CNAS em São Paulo. Conselheira Gisele refere que será
22 necessário uso do recurso do IGD/SUAS para despesas com passagens e diárias uma vez que
23 está restrito o uso de recursos da fonte livre para estes fins. Conselheira Luana Campos propõe
24 que, já que o assunto pautado será principalmente a realização das Conferencias, a comissão
25 de organização da conferencia municipal indique o nome de dois componentes para
26 participação, sendo a proposta aprovada pelo CMAS. Conselheiro Carlos Silva solicita a
27 palavra e informa haver uma discussão no CEAS quanto a realização desta reunião
28 descentralizada, sendo o entendimento dos conselheiros estaduais que haverá pouco tempo
29 para a realização da reunião e para as discussões que precisam ser feitas. Luana Campos

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

30 solicita que o Sr. Carlos faça esse relato e informe aos representantes da comissão de
31 organização da conferência que irão participar da Reunião Descentralizada. Gisele Tavares
32 justifica a ausência da secretária Nádia Moura visto estar acontecendo neste mesmo horário
33 uma reunião do Prefeitos com os secretários para o lançamento do Plano Londrina Mais que
34 irá subsidiar a elaboração do próximo PPA. **3. Emenda Parlamentar – 2017.** Sâmia informa
35 a disponibilidade de Emenda Parlamentar do Deputado Federal Luis Carlos Hauly para a
36 Proteção Social Básica para compra de equipamentos e construção no valor de R\$ 400.000,00.
37 A servidora faz uma breve explicação dos tramites e tempo para que o município possa finalizar
38 o processo e fazer uso do dinheiro, uma vez que o recurso é transferido fundo a fundo do
39 governo federal para o estadual e deve obedecer a uma séria de etapas. A previsão para a
40 finalização do processo é de cerca de dois anos, sendo a previsão para dezembro de dois mil
41 e dezoito. Conselheiro Carlos Silva faz um resgata das discussões sobre emendas feitas neste
42 conselho no ano passado. Samia explica que as emendas conhecidas como “carimbadas”, por
43 hora, parecem ter sido superadas e Gisele Tavares informa que as emendas são anuais, assim,
44 todos os anos em que o município for contemplado, deverá passar por este processo de
45 apresentação e aprovação do CMAS. Carlos Silva informa que o CEAS também está fazendo
46 discussões acerca das emendas. Sâmia Mustafá sugere que, após o seu período de férias,
47 seja feito contato para agendar um momento com o conselho para que ela oriente sobre como
48 pesquisar a disponibilidade de emendas parlamentares. Gisele refere que emenda aberta, ou
49 seja, que não vem com determinação de como e quem deverá utilizar, é um processo de
50 amadurecimento e dá ao CMAS poder para escolher onde é melhor a sua aplicação de acordo
51 com as discussões e conhecimento da realidade do município. Samia informa que o prazo para
52 indicar onde serão gastos os valores de R\$ 400.000,00 da emenda mais R\$ 4.000,00 de contra
53 partida do município e o aceite do CMAS é dia vinte e quatro de março. Refere que a proposta
54 da SMAS é a compra de nove veículos e quatorze notebooks para reposição dos carros dos
55 CRAS da zona urbana, sendo a intenção de compra de veículos com ar e direção. Gisele
56 informa que, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado, há uma indicação de troca
57 de veículos públicos a cada cinco anos visto que a partir deste prazo, os gastos com os carros
58 são maiores. Sâmia explica ainda que o entendimento é que o carro para o CRAS Rural deveria
59 ser uma caminhonete. Josiani Nogueira refere que, pela sua experiência no território rural, o
60 ideal seria a compra de um carro com tração 4x4 para a zona rural visto as condições das
61 estradas de terra nos dias de chuva. Carlos Silva questiona se seria possível a aquisição de

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

62 veículo que pudesse ser cedido para o transporte de conselheiros para realização de reunião
63 descentralizada do CMAS na zona rural, como uma van por exemplo. Gisele explica que para
64 o uso de van há exigência de carteira de motorista diferenciada, que o município não dispõe
65 de muitos motoristas com essa carteira. Sâmia acrescenta dizendo que a van caracterizaria
66 transporte de usuários, que a proposta de compra dos carros é para uso dos técnicos para
67 oferta dos serviços. Sobre os notebooks, justifica o uso também para atendimentos
68 descentralizados das equipes. Conselheira Sandra Nishimura pontua sobre a segurança dos
69 equipamentos, uma vez que os notebooks podem ser guardados em armários com tranca. Ana
70 Paula Ramos questiona quantos equipamentos constarão na proposta da emenda. Sâmia
71 informa que serão nove veículos com ar condicionado e direção e quatorze notebooks. Sâmia
72 fala ainda que serão solicitados notebooks com configurações de ponta, uma vez que pela
73 previsão de compra apenas em dezembro de 2018, os equipamentos não estarão muito
74 obsoletos. Encaminhado para votação, a proposta é aprovada pelos conselheiros presentes,
75 tendo apenas a abstenção do conselheiro Cleir Brandão. Sâmia reforça que, a partir do dia
76 vinte de abril, poderá ser realizado contato para agendar capacitação sobre pesquisa de
77 emendas parlamentares. Gisele sugere que também seja falado sobre os sites que os
78 conselheiros podem acessar para acompanhar esses recursos e orçamentos e que a
79 capacitação deverá ser realizada em local com acesso à internet. **4. Relato da Secretária**
80 **referente à Associação Projeto Pão da Vida.** Devido à ausência da secretária Nádia Moura,
81 o relato foi realizado pela diretora de proteção social especial Josiani S.S.Nogueira, visto que
82 o APPVida enviou ofício ao CMAS fazendo algumas indicações sobre a entidade, foi realizada
83 a leitura do ofício, e feita a resposta posteriormente. Josiani informa que devido à dificuldade
84 da entidade a SMAS fez alguns contatos com outras entidades com o intuito de saber se
85 possuíam o interesse em aumentar suas respectivas metas, de forma a diminuir as metas do
86 APPVida, que uma das entidades se adiantou e foi visitar uma das unidades do APPVida sem
87 agendar com a entidade nem com a SMAS, mas a segunda visita foi previamente agendada,
88 ressalta que qualquer mudança de metas será discutido com o Judiciário, visto que existe um
89 processo em andamento, bem como com o CMAS. Sobre o fechamento da casa CEPIM, aberta
90 na operação noite fria de 2015, informa que, como não havia convenio firmado para a prestação
91 deste serviço, e somando-se a isso a dificuldade da entidade em manter o mesmo, levou a
92 decisão pelo seu fechamento. Carlos Silva questiona o fechamento da CEPIM e a possibilidade
93 do serviço voltar a ser ofertado. Gisele esclarece que, para abertura do serviço seria necessário

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

94 pautar novamente neste conselho, que acredita que o acolhimento institucional de adultos
95 precisa ser retomado por este conselho e ser discutido como um todo e que a APP Vida está
96 com convenio com muitas metas e isso dificulta sua administração. Sobre a diretoria
97 interventiva, composta por seis integrantes, nomeada pela Vara da Infância e Juventude,
98 informou que foi realizada articulação pela SMAS para buscar pessoas que se dispusessem a
99 assumir este desafio, são profissionais com a seguinte formação: Administradora, advogado,
100 assistente social (aposentada), policial federal (aposentado), contadora e uma professora
101 (aposentada). Refere que, na data de dezesseis do corrente mês foi realizada reunião da
102 SMAS com essas pessoas, contudo, ainda faltava a oficialização de posse pelo judiciário, o
103 que foi realizado na semana passada. Gisele esclarece que, no que diz respeito ao convenio
104 estabelecido, o pagamento está sendo realizado conforme determinação judicial para que não
105 haja falta de atendimento, mas que, concomitantemente, também estavam sendo tomadas
106 providencias para intervenção junto a entidade APP Vida. Realizada discussão sobre quais
107 providencias do CMAS deverá tomar a partir deste ofício. Luana Campos diz que entende que
108 o ofício está informando algumas situações ao conselho, mas que não exige necessariamente
109 uma providência, apenas uma resposta ao ofício. Adriana Santos refere mais uma vez a
110 necessidade de iniciar a discussão sobre a operação noite fria deste ano o mais rápido
111 possível. Josiani informa que, seria importante que este conselho convidasse a diretoria
112 interventiva para que, daqui uns dois meses, possa comparecer a este conselho de forma a se
113 apresentarem e fazerem um relato da situação apresentada pela entidade. Josiani informa que
114 a SMAS está articulando proposta para Operação Noite Fria, que assim que tiver informações
115 mais precisas, trará a este conselho. Conselheira Neusa Tiba pondera que há a necessidade
116 de realizar discussão sobre a complexidade do atendimento das pessoas em situação de rua
117 e quais os rumos do atendimento. A presidente Valmirete Alves diz que a discussão não se
118 esgota, mas que não cabe ao conselho propor novas intervenções e sim provocar as
119 discussões. Carlos Silva faz uma fala sobre o compromisso e o comprometimento dos
120 conselheiros com as funções do CMAS. Conselheira Márcia Paiva solicita que seja informada
121 a composição da nova diretoria da APP Vida. Márcia Paiva refere que a comissão de fundo
122 deverá se reunir com essa nova diretoria para informar sobre o que foi levantado pelo CMAS
123 referente a competência de gestão de convenio pela entidade. **5. Prestação de contas do**
124 **Piso Paranaense de Assistência Social IV – PPAS IV.** Gisele Tavares faz um breve resgate
125 sobre os pisos repassados pelo governo estadual como forma de cofinanciamento da política

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

126 de assistência social no município. Lembra que a prestação de contas dos outros dois pisos
127 atualmente praticados, o PPAS II e o PPAS V, foi apreciada na reunião anterior deste conselho,
128 tendo sido transferida para esta a parte do PPAS IV para que se pudesse avaliar em conjunto,
129 além da prestação de contas, também a avaliação quanto ao processo de reordenamento do
130 serviço de acolhimento de crianças e adolescentes (que é uma exigência desse processo),
131 bem como o planejamento para o próximo período. Refere que a prestação de contas do PPAS
132 IV segue a deliberação 39/2014 do CEAS, na qual consta que o objeto do financiamento é ao
133 acolhimento de crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, quais os municípios elegíveis
134 para receber o recurso, que segue os mesmos critérios da resolução do CNAS. Informa que a
135 cada novo financiamento do governo federal, considerando o pacto de aprimoramento da
136 gestão firmado pelos estados junto à União, o governo estadual deverá cofinanciar no valor de
137 cinquenta por cento do valor ofertado pelo governo federal. No caso do piso em questão o valor
138 repassado pelo governo estadual é de R\$ 32.500,00 mensais. Informa que a prestação de
139 contas deste piso obrigatoriamente deverá ser feita a este conselho a cada seis meses através
140 de relatório físico financeiro que passará pela aprovação do CMAS, que há a obrigatoriedade
141 de cumprimento de pelo menos 10% das metas e o saldo em conta não poderá ser superior a
142 30% do recebido, quando isto ocorrer, é necessária uma justificativa também aprovada pelo
143 CMAS. Carlos Silva questiona quais despesas podem ser pagas com este recurso. Gisele
144 esclarece que podem ser gastos com RH, equipamentos e custeio e que algumas
145 possibilidades serão apresentadas. Informa que os recursos recebidos não foram executados
146 até o presente momento mas que serão executados a partir de agora. Informa que estão
147 disponíveis os extratos bancários referentes ao período de junho a dezembro de 2016 paga
148 consulta dos conselheiros/as. Passa então a apresentar a prestação de contas iniciando pela
149 identificação dos gestores e conselheiros/as, as metas propostas e o cumprimento de 100%
150 de atendimento na modalidade casa lar, 100% na modalidade abrigo institucional, a não
151 existência de acolhimento em república no município, embora haja pressão do judiciário para
152 a implantação do serviço, e 90% das metas em acolhimento familiar. Refere que o
153 financiamento do FEAS foi no valor de R\$ 227.500,00 que corresponde a 11% do valor total,
154 do FNAS no valor de R\$ 325.000,00, correspondendo a 15% do valor total e R\$ 1.521.870,56
155 de recursos próprios do município, alocados no fundo e repassados a entidades, o que
156 corresponde a 74% do valor total necessário para a execução dos serviços nestas
157 modalidades. Informa que R\$ 60.000,00 é o valor alocado para o acolhimento familiar que

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

158 também são de fonte própria. Apresenta o valor de R\$ 3.469,40 de rendimentos dos recursos
159 na conta e o saldo em 31/12/2016 de R\$ 230.969,20, informando que foi aberto para o superávit
160 desta conta o valor de R\$ 198.000,00 que houve um último repasse que entrou como recurso
161 já no exercício de 2017. Antes de solicitar que o CMAS se manifeste sobre sua apresentação,
162 Gisele abre para apresentação referente ao reordenamento do acolhimento antes do parecer
163 do CMAS, entendendo que estas informações são importantes para análise da prestação de
164 contas. Josiani S. S. Nogueira apresenta os resultados do reordenamento separados por
165 entidades. Informa que as metas tem o prazo para serem alcançadas até o final de 2017. Casa
166 de Maria. Carlos Silva questiona sobre a Casa de Maria de Jaguapitã. Gisele esclarece que lá
167 a casa é um centro de referência de saúde, portanto, não se configura como rede de
168 assistência. Carlos Silva questiona qual o público de acolhimento que está sendo pautado e
169 Gisele informa que o acolhimento de crianças, adolescentes e jovens até 21 anos. Márcia
170 questiona sobre a contratação de assistente social e Josiane informa que foi contratada.
171 Referente ao saldo para repasse, Gisele informa que houve repasse da primeira parcela, a
172 segundo foi repassado apenas 50%. A conselheira Márcia Paiva questionou se as questões
173 relacionadas a Casa de Maria foram sanadas, se remetendo as determinações da Vara da
174 Infância, e se os recursos deliberados pelo CMAS em decorrência do aporte e devoluções,
175 foram repassados para entidade, visto argumentações que algumas adequações ainda estão
176 pendentes em virtude da instabilidade de repasses. Josiane informa que as pendências foram
177 sanadas. Lar Anália Franco. Márcia Paiva refere sobre o plano político pedagógico e as
178 capacitações. Adriana Santos informa que todos fizeram e entregaram o plano e que as
179 capacitações foram executadas. Márcia Paiva faz uma fala de que os planos políticos
180 pedagógicos não são planos de gaveta, mas que devem pautar as ações institucionais. Adriana
181 Santos refere sobre o fechamento do acolhimento de recém nascidos ofertado anteriormente
182 pelo CARI e o aumento da demanda de bebês da maternidade diretamente para o acolhimento.
183 Josiane fala da dificuldade real de conveniamento de metas com as mudanças do perfil do
184 público. Márcia manifestações não apenas na prestação de contas. Nuselon. APP Vida.
185 Josiane fala sobre a questão de unidade de acolhimento não ter portas nos quartos devido a
186 questões de segurança. Luana Campos relata que em visita da comissão de acompanhamento
187 na referida unidade foi verificada essa situação, que a técnica de referência da casa informou
188 ter havido situações de agressão entre os acolhidos que impediram a abertura da porta do
189 quarto com o guarda roupa, sendo tomada como medida de segurança ser retiradas as portas.

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

190 Refere ainda que há outras questões de manutenção da unidade e que há, por exemplo,
191 quartos sem interruptores de luz visto os adolescentes tirarem para fazer faísca com os fios
192 para acender cigarro, o que coloca em situação de risco de incêndio. Josiane refere que as
193 equipes técnicas seguem as normativas, mas há um problema de gestão. Em relação as
194 situações relatadas quanto a metodologia e desafios no APP Vida, Márcia Paiva observa ser
195 necessário cuidado para não estigmatizar os atendidos, e ressaltar ser indispensável,
196 discussões continuadas em relação a metodologias, estratégias, visto as complexidades dos
197 casos, sempre na perspectiva da garantia de direitos de crianças e adolescentes, observando
198 a condição peculiar de desenvolvimento. Adriana Santos fala sobre a necessidade de avaliação
199 de casas para certos perfis, que a experiência mostrou que a mistura de públicos diferentes
200 pode trazer alguns prejuízos para o público atendido. Refere que ainda deve se discutir a
201 implantação de uma casa fora da aldeia no Lar Anália Franco e que é preciso ter casas que
202 possibilitem manejo de acolhidos dependendo das situações. A Conselheira Márcia Paiva
203 observou ser fundamental que o CMAS e a SMAS discutam no geral aspectos que remetem
204 as mudanças ocorridas em relação ao perfil do público em atendimento pela Política de
205 Assistência Social no Município, impactos e demandas. Valmirete interrompe a discussão e
206 fala da necessidade de avançar nas falas para vencer a pauta proposta, que a discussão ela é
207 necessária, que o CMAS é o espaço e que a discussão pode ser retomada em outro momento.
208 Adriana Santos sugere que o CMAS e o CMDCA façam uma pesquisa a respeito dos motivos
209 de acolhimento para que seja feito um estudo para melhoria da oferta deste serviço. Josiane
210 sugere uma reunião da comissão de acolhimento com a presença de conselheiros do CMAS.
211 Gisele sugere que sejam integrantes da comissão de acompanhamento. A conselheira retoma
212 a prestação de contas com a leitura de minuta de ofício com a justificativa pelo não uso do
213 recurso até o presente momento. O Conselho vota pelo parecer favorável com aprovação total
214 da prestação de contas. Márcia Paiva sinaliza que, mesmo com a apresentação da justificativa
215 há risco de suspensão do recurso e que o recebimento de três parcelas apenas em dezembro
216 de 2016 comprometeu o tempo hábil para utilização do recurso naquele exercício, devendo
217 constar também isso na justificativa. Gisele informa que, cerca de 40% do recurso repassado
218 ainda não estão aptos para execução imediata, tendo em vista a necessidade de inserção no
219 orçamento. **6. Plano de Ação relativo ao Piso Paranaense de Assistência Social IV.** Ao
220 iniciar a apresentação do Plano de Ação para uso do recurso é realizada uma discussão sobre
221 o acolhimento familiar que é prestado em duas modalidades: Guarda subsidiada e família

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

222 acolhedora. Gisele apresenta que a proposta da SMAS é o financiamento das seguintes metas:
223 25 no acolhimento familiar (crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos), 89 em casa
224 lar (crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos), 16 em abrigo institucional (crianças
225 e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos) e 00 em república (jovens entre 18 e 21 anos). No
226 que se refere aos valores: R\$ 390.000,00 do FEAS; R\$ 780.000,00 do FNAS e R\$ 2.806.938,06
227 do FMAS – recursos próprios do município. Carlos Silva questiona quais são as fontes de
228 recursos que compõe o FEAS. Gisele disse não ter conhecimento desta informação. Luana
229 Campos refere ao Sr. Carlos que ele, como conselheiro do CEAS, pode fazer este
230 questionamento ao Conselho Estadual. Márcia Paiva propõe, aproveitando a apresentação da
231 Gisele, a abertura do superávit desta fonte. Gisele refere sobre o valor de R\$ 198.000,00 de
232 superávit, a questão da organização dos conveniamentos para utilização do recurso e que já
233 está dentro do orçamento o recurso repassado neste exercício. Afirma que poderia ser
234 disponibilizado pelo menos 50% do valor do superávit para o repasse às entidades. Márcia
235 Paiva fala sobre a utilização desses 50% do valor para cobrir os convênios caso não haja
236 regularidade do repasse federal e que, se o recurso do FEAS for regular, deverá ser retomado
237 no conselho a discussão dos outros 50%. Josiane refere que a proposta de atendimento é 20
238 famílias em guarda subsidiada, podendo atender até 30 crianças e 10 famílias em Família
239 Acolhedora. Nesta modalidade prima-se pelo acolhimento de uma criança por família, com
240 exceção de grupo de irmãos, podendo então atender até 25 crianças. Carlos Silva questiona
241 quais os critérios para cadastro das famílias que é sanado pela Sra. Silvia Vicentin. Josiane
242 refere sobre a ampliação de metas e de seleção e capacitação das famílias. Informa ainda a
243 proposta de destinar os recursos das 13 metas não mais atendidas pela Casa de Maria para o
244 acolhimento familiar com a proposta de bolsa no valor de R\$ 500,00 por criança. Carlos Silva
245 questiona sobre a diferença de abrigo e família acolhedora, dúvida sanada por Josiane. Carlos
246 Silva fala ainda das notícias sobre crianças que são devolvidas por causa do comportamento.
247 Silvia informa que por isso há um processo criterioso das famílias, que não é fácil encontrar
248 famílias dispostas e com o perfil, que é analisado o nível de frustração da família e ofertada
249 capacitação. Dando continuidade, Josiane faz a proposta de uso de R\$ 19.716,48 para compra
250 de equipamentos e materiais de custeio, tais como: folders, cartazes e materiais para grupos
251 uma vez que a equipe já está composta. Gisele menciona o recurso da Casa de Maria das
252 metas que foram fechadas tendo como possibilidade dois cenários: Com recursos federais
253 regulares: contratação de uma coordenação, dois técnicos de nível superior, aprimoramento

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

254 das metas com mais dez bolsas sem alterar o da guarda subsidiada e sem a regularidade dos
255 Recursos Federais a contratação de uma coordenação e um técnico de nível superior com
256 mais sete bolsas no valor de R\$ 500,00. Refere que a proposta é que os valores das bolsas
257 sejam equivalentes uma vez que a equipe já foi composta, canalizando esses valores para o
258 aumento das metas e valores iguais das bolsas. Márcia Paiva fala sobre a reestruturação de
259 unidades de acolhimento institucional e que não haverá recursos de fonte livre e forem
260 utilizados os recursos das metas da casa de maria. Gisele refere sobre o Plano decenal
261 apresenta como um dos objetivos o incremento do acolhimento familiar como alternativa ao
262 acolhimento institucional, colocando como meta a ampliação do primeiro mediante redução do
263 segundo. Márcia coloca a importância de discutir os serviços da alta complexidade e as
264 parcerias com entidades e refere sobre a necessidade de discussão de propostas no PPA, e
265 que, caso haja necessidade de uma nova unidade de acolhimento institucional e não haver
266 entidade para conveniar, que o poder público deverá assumir a prestação deste serviço e com
267 recursos de fonte livre. Josiane retoma dizendo da necessidade de aprovação da utilização
268 deste recurso para dar início ao processo de captação de famílias. Márcia questiona sobre a
269 necessidade de aprovação de Lei uma vez que se trata de transferência de renda. Gisele
270 esclarece que é utilizada a Lei do PMTR e que os recursos são de fonte livre. Valmirete Alves
271 faz os encaminhamentos para votação sendo o plano de ação aprovado e os recursos para
272 compra de equipamentos e materiais também. Sugerido que seja feita a resolução de
273 aprovação e outra apenas para tratar do superávit, conforme saldo em conta. A Conselheira
274 Márcia Paiva observou que a Conselheira Rosana, representante dos usuários da Política de
275 Assistência Social, havia questionado sobre as deliberações relativas ao PMTR e ao Cupom,
276 visto que já estamos no mês de março e as alterações ainda não foram efetuadas, a
277 Conselheira Márcia observou ser indispensável estabelecer prazos, como os Conselhos
278 Estaduais, para efetivação e implementação das deliberações do Conselho, resgatou que tais
279 questões foram objeto de discussão do Orçamento Aprovado, e foram priorizados conforme
280 deliberado no Conselho, também observou que caso as deliberações do CMAS não estejam
281 sendo efetivadas cabe encaminhamento desse Conselho ao Ministério Público. Sandra
282 Nishimura refere que o aumento do cupom quanto à quantidade e ao valor ainda não foi
283 viabilizado, apenas o aumento do PMTR, do valor de R\$ 65,00 para R\$ 85,00 e não o aumento
284 de 190 metas. Valmirete Alves solicita à SMAS justificativa por não haver ainda a execução do
285 aumento já deliberado por este conselho e coloca como ponto de pauta para a próxima reunião.

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

286 Márcia Paiva refere que o CEAS já tem uma prática de estabelecer prazos para as execuções
287 das deliberações do conselho e sugere que o CMAS também faça esse processo. Valmirete
288 solicita inversão da Pauta passando para a discussão da **7. Composição da Comissão**
289 **Instância de Controle Social**. Refere que foi realizada solicitação oficialmente para indicação
290 dos representantes governamentais para compor a instancia. Informa que a secretaria
291 municipal de saúde indicou a servidora Ivana Rodolpho, que a secretaria municipal de
292 educação indicou a servidora Tereza Cristina Canhadas e da secretaria municipal de
293 assistência social a indicação foi a servidora Neusa Tiba e como colaboradora a servidora
294 Claudia Renata Favaro. Referente aos representantes não governamentais, após contatos, se
295 colocaram à disposição para participar o conselheiro Carlos Silva, Cristiane Ribeiro de Godoy
296 e Rosana. Márcia Paiva menciona que a comissão de fundo deverá estar junto a instância
297 quando das deliberações de recursos. Gisele sugere já haver uma mobilização para uma
298 reunião. Valmirete cita a necessidade da recomposição da mesa diretora e expõe sobre a
299 complexidade da instancia de controle, ressaltando a necessidade do comprometimento da
300 sociedade civil nesta participação e que há exigências para quem compor a instancia, tais como
301 preenchimento de sistema e averiguação de denúncias, colocando que entende a necessidade
302 de haver um representante de alguma entidade. Propõe ainda uma reunião e capacitação para
303 os integrantes. Ivana relembra que a instancia de controle está dentro da comissão de
304 benefícios, conforme regimento interno deste conselho, e que suas atribuições vão além
305 do Programa Bolsa Família. Sandra Nishimura refere haver uma diferenciação dos papéis do
306 conselho e da instancia de controle e a existência de um regimento da instância. Valmirete
307 ressalta a necessidade e importância de saber quais são as atribuições. Márcia informa que as
308 datas e horários da comissão de fundo na SMAS para não sobrepor horários e dias, atenta
309 ainda que a conselheira Rosana não tem disponibilidade de horário para participar de reuniões
310 no período da tarde. Valmirete sinaliza a necessidade das reuniões serem de manhã. Neusa
311 Tiba sugere a Selma ligar para todos e ver a disponibilidade de horário e data. Fala sobre as
312 atribuições que era da Instância de Controle Social e as atribuições desta comissão e todos
313 precisam ter clareza sobre isso para tomar as providências necessárias. Selma sugere tirar já
314 duas datas como proposta. Márcia lembra a necessidade da participação da colaboradora para
315 dar a direção neste início dos trabalhos. Carlos Silva fala que já tem compromissos com o
316 CMAS, comissão, o CEAS e o fórum dos conselhos. Valmirete reforça a necessidade de
317 alguém de entidade compor a comissão. Márcia retoma que a comissão de fundo trabalhará

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

318 em parceria com a comissão. Gisele ressalta a necessidade de paridade na composição.
319 Márcia sugere que seja verificada qual comissão deste conselho estará mais ociosa no
320 momento para verificar se os conselheiros possam compor esta comissão. Sugestão foi
321 acatada pelo conselho. Secretária Selma fará o levantamento das comissões. **8. Edital de**
322 **Eleição Complementar para Sociedade Civil.** Sandra Nishimura inicia dizendo que
323 encaminhou ao conselho minuta de edital de eleição complementar, entretanto, analisando os
324 prazos, os/as conselheiros/as eleitos/as só teriam 2 meses de gestão. Luana Campos
325 questiona se o mandato desses conselheiros/as contava como um mandato completo. Sandra
326 explica que sim e questiona se vale a pena fazer as eleições complementares uma vez que
327 os/as eleitos/as terão apenas dois meses de mandato. Após discussões, foi deliberado pelo
328 conselho pela não realização da Eleição Complementar, aguardando processo de eleição na
329 conferência municipal. Márcia sugere convocar quem é conselheiro e mobilizar para
330 participação nas eleições na conferência. Carlos questiona quem compõe a comissão de
331 eleição e é esclarecido que a comissão de legislação quem está fazendo este processo. Antes
332 do relato da comissão de fundos, Silvia Theodoro da Silva informa que a comissão de
333 acompanhamento já começou a receber os relatórios e planos de ação dos serviços e propõe
334 a divisão dos documentos por tipo de serviço e que todos os conselheiros participem da análise
335 dos documentos. Márcia refere achar interessante a proposta, que está a disposição para
336 ajudar, mas que seu horário de disponibilidade para as reuniões para análises são no período
337 da manhã. Luana Campos reforça dizendo que também é o melhor horário para que possa
338 participar. **9. Comissão de Fundo** A Coordenadora da Comissão de Fundo, Conselheira
339 Márcia Paiva efetuou o relato da comissão: Observou que faria de forma objetiva considerando
340 o horário, e se necessário retomará na próxima reunião: Informou que a Comissão de Fundo
341 se reuniu com a SMI, esclarecendo as pendências relativas aos repasses e a última
342 deliberação; Solicitado a Planilha atualizada com as deliberações do CMAS, e proposto nova
343 apresentação em plenária das providencias e pendências; IGD Bolsa, esclarecido que após a
344 reunião da comissão, a SMAS encaminhou demanda relativa a solicitação de R\$ 30.000,00
345 para continuidade de pequenas manutenções no prédio da JK, observado que a Conselheira
346 Nádia, pontuou que já avançaram no projeto de reforma, sendo possível compartilhar o espaço,
347 superar despesa de aluguel, observando as orientações e a legislação, Márcia fez a defesa do
348 recurso da manutenção e pequenas reformas ser do IGD Bolsa, visto os saldos da conta,
349 rendimentos, e que se utilizado os recursos do IGD SUAS poderia comprometer a realização

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

350 da conferência, capacitações, audiências, e outras deliberações já efetuadas; a comissão
351 questionou se a SMAS havia respondido os Ofícios relativos a Casa de Maria, Provopar, Pão
352 da Vida, visto que nas Resoluções anteriores foram excetuados os pagamentos; Em relação
353 a abertura e utilização do Superávit, foi deliberado para o acolhimento adulto abertura no valor
354 de R\$ 77.045,93 – fonte 812; em relação ao valor de R\$ 498.469,20 – da Fonte 815,
355 Acolhimento Criança e Adolescente, foi deliberado que 50% para os repasses relativos as
356 subvenções e (uma) 1 parcela para o Acolhimento Familiar; em relação a Fonte 936,
357 deliberado abertura de R\$ 60.000,00 para Conferência 2017, R\$ 20.000,00 para despesas de
358 Capacitações, Reuniões, Formação, Passagens, Hotel, Inscrições para sociedade civil e
359 servidores que estejam representando o CMAS ou a SMAS em temáticas específicas ou
360 pertinentes a Política de Assistência Social; a Comissão de Fundo solicitou pedido de pauta
361 para apresentação da Planilha em relação ao Superávit, as deliberações já efetuadas e
362 pendências. A reunião é encerrada às 18h00, sendo o que havia a ser relatado, eu, Luana
363 Garcia Campos, 2ª Secretária deste Conselho, redigimos a presente ata desta reunião
364 ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.